

Da contra-informação ao pensamento único neoliberal:

Conceitos de crítica à indústria da mídia*

Valério Cruz Brittos*

Bruno Lima Rocha**

** Professor no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS); coordenador do Grupo CEPOS; doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).*

*** Membro do Grupo CEPOS; doutorando e mestre em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); jornalista formado pela UFRJ.*

Introdução

O trabalho desenvolve-se tomando como referência principal a estratégia geral em sentido pleno, o nível psicossocial, onde se encontra a indústria da comunicação, que a este se subordina em termos teóricos. Trabalha as evidências de crítica da indústria midiática, tendo como suporte no mecanismo de “idéias pensáveis”, exposto por Chomsky. Quanto à teoria, nesse sentido, é compreendida como uma série de conceitos expostos sobre um ta-

* Trabalho apresentado como ponência no “IX Seminário de Comunicação da PUCRS”, GT de Comunicação Política, Porto Alegre, 7 e 8 de novembro de 2007.

buleiro de hipóteses e comprovados no mundo real. Assim, os conceitos trabalhados neste texto foram destacados com esta mesma intenção, munir-se de ferramentas de trabalho (no caso, a análise) para ter o potencial de operar a interferência neste nível (o psicossocial), inserido nos macroambientes da vida em uma sociedade de classes.

Portanto, os conceitos destacados só se encontram válidos exclusivamente dentro do mundo real e concreto. É dentro deste universo empírico que é buscada a eleição de ferramentas para analisar (e potencialmente interferir nos resultados e produtos) este enorme volume de significações, representações, bens simbólicos e gerações de sentido, onde a mídia tem um papel crescentemente destacado, embora não encerre a discussão. Os conceitos se desenvolvem desde a caracterização do nível até a manipulação pura e simples, fruto da hegemonia ideológica sobre uma categoria de trabalhadores, no caso, os da comunicação.

Progressivamente, o trabalho parte da premissa de que estratégia é a disciplina do estudo e aplicação da luta, em todos os níveis e formas, e pugna de interesses, tendencialmente irreconciliáveis. Difere assim estratégia de concertação ou planejamento, embora se relacione com este. Visto que a estratégia só existe na interação de agentes em oposição ou cooperação, assume-se como arena de luta no ocidente, envolvendo oposição de interesses, os quais, em sua totalidade, conformam interesses de classes. É neste quadro que se constrói e reforça o pensamento único, como no caso da hegemonia neoliberal.

As próprias noções de ‘idéias pensáveis’ e ‘fabricação do consenso’ atravessam por um sutil fio de pensamento, onde a concatenação de múltiplas informações termina por não oportunizar a ação direta das partes mais atingidas. Isso pode ser observado tanto na propaganda interna, responsável por levar a opinião pública dos EUA a apoiar a 1ª Guerra Mundial, em 1916, como na desinformação fruto da sobrecarga de informação desconexa de um sistema de idéias que possa interpretá-las. Estas observações são expostas através do texto, tomando por base o pensamento formulado por operadores da direita, críticos dos operadores da direita e críticos da mídia como indústria e não como serviço.

Estratégia e controle

O denominado nível psicossocial torna-se operacional a partir da incidência sobre o fluxo de informação, que colabora na formação do consenso de elite. Os meios de comunicação, trabalhando de forma mais sofisticada do que um regime de exceção, forjam este consenso com a soma das vontades submetidas da mão-de-obra das redações e assessorias, recorrendo à autocensura, mecanismo de pré-seleção dos trabalhadores para estes postos. Não menos importante, além da seleção de recursos humanos, é a pré-edição das informações, linguagem, formatos, conceitos e sistemas de pensamento, incutidos na autocensura. A partir daí, os setores dominantes (que não necessariamente atuam em articulação, mas têm interesses comuns, de rentabilização direta e expansão do sistema) têm construído historicamente os consensos, com destaque para o pensamento único neoliberal.

Em direção ao consenso, o capitalismo – como processo civilizatório, além de modo de produção – não só *vende* seu modo de vida como assimila outros, desde que estes não o descaracterizem em sua essência e permitam tal incorporação, visando à própria expansão do sistema. Neste movimento, onde o papel da mídia é fundamental (como boa vendedora de imagens, posicionamentos, valores e produtos) são construídos consensos planetários (com restrições mínimas, ganhando adesão até mesmo de partidos de esquerda), como o que substitui a noção de sociedade pela de mercado e a de cidadão pela de consumidor. Emiliano José mostra que, agindo como propagandista de um novo modelo e vanguarda de um projeto para a sociedade, a mídia, notadamente a imprensa, antecipou-se e converteu-se num ator político-ideológico significativo na difusão e afirmação do neoliberalismo no Brasil.¹

O papel da mídia no capitalismo é estratégico, conclui-se. É sempre prudente lembrar que a estratégia é uma ciência de conflito, guerra como extensão da política, segundo Clausewitz, e seus ní-

¹ JOSÉ, Emiliano. “De Sarney a FHC: a atuação partidária da imprensa na construção do neoliberalismo”. *Textos de comunicação e cultura*, Salvador, n. 39, dez. 1998. p. 133.

Agindo como propagandista de um novo modelo e vanguarda de um projeto para a sociedade, a mídia converteu-se num ator político-ideológico significativo na difusão do neoliberalismo no Brasil.

veis de análise simultaneamente são níveis de interferência.² Segundo Golbery, a indústria da mídia deve ser incluída em um plano estratégico que, para facilitar a intervenção dos agentes de uma doutrina, é dividido em quatro níveis (político, militar, econômico e psicossocial).³ Este último tem uma distinção mais imprecisa, pois é composto também pelo ideológico, o social e o cultural. É mais fácil captar a definição de

Golbery sobre este nível em seu comentário no marco da realidade e tensões vividas pela sociedade, tratando de estratégia e política: “Nunca deixou, em verdade, o fator ideológico de fazer-se presente em qualquer dos conflitos humanos, seja em formulação nítida, coerente e altamente sugestiva, seja apenas de forma fluida e quase, por assim dizer, inarticulada e ingênua”.⁴

Tratando do momento pós-golpe de 1964, Golbery avança em seu raciocínio:

“Numa fase de centralização acelerada que iria permear todos os campos e setores da atividade do Estado, do político ao econômico e deste ao primeiro em reforço recíproco, extravasando-se, aos poucos, a todos os recantos da sociedade nacional em manifestações psicossociais telecondicionadas, senão até mesmo comandadas, desde o Governo central.

O campo visivelmente mais retardado e onde surgiriam, desde cedo, reações até mesmo inspiradas ideologicamente ante o alvo fácil do

² CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 870.

³ SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura política nacional, o poder executivo & geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1981. p. 97. Estes e outros conceitos aqui trabalhados servem de base para a apostila de formação política dirigida a organizações políticas inseridas em movimentos populares oferecida pelo portal Estratégia & Análise. Ver ESTRATÉGIA & ANÁLISE. *Introdução à análise estratégica em sentido pleno*. <<http://www.estrategiaeanalise.com.br/teoria.php?seltitulo=753d7f7adb81bec7c8120e867bfb5a41>>. Acesso em: 12 ago. 2007.

⁴ SILVA, Golbery do Couto e, op. cit., p. 97.

autoritarismo crescente e indisfarçado seria o campo político, sobretudo em seu setor fronteiriço da comunicação social. A censura à imprensa, de difícilíssimo, quase impossível manejo, que se requeria ao mesmo tempo inteligente e eficaz, atrairia a pressão quase insuportável dos ataques mais veementes, mobilizadores de generosas simpatias e múltiplos apoios, donde contundentes e produtivos.”⁵

Assinala assim Golbery ao agente (o Poder Militar à frente do Estado), que, por suas próprias medidas, consideradas como centralizadoras, geraram uma série de efeitos, onde são conceituados o econômico, o político, o ideológico e os efeitos no psicossocial, dando ênfase na comunicação social. É ressaltada a figura central do agente, o Estado, e as reações em cadeia a partir de suas medidas e forma de condução de governo. Discorda-se do general quando ele considera independente o agente com o Poder Moderador (as Forças Armadas) em sua condução. De acordo com Dreifuss, o golpe foi uma articulação orgânica da direita modernizadora brasileira.⁶

O primeiro objeto de análise especificamente de mídia é o enunciado político. A forma de produção do que é dito em público, o quadro conjuntural onde se encontra este enunciado e até mesmo os temas abordados são fruto de correlação de forças. Um dos mitos do capitalismo sob regime jurídico-democrático é o da transparência política e a função fiscalizadora do chamado *quarto poder*. Supostamente, a liberdade de imprensa seria um dos fatores básicos da democracia moderna. A afirmação conceitual do professor Nílson Lage esclarece este mito e oferece uma visão precisa do assunto:

“O que é dito em público depende de enunciados que se resguardam em papéis secretos e conversas reservadas; são acordos, conchavos e acertos que justificam o elevado investimento em espionagem, tornam a lealdade virtude cara. Em todo caso, a política obedece a regras: uma é que nela interessa, mais que qualquer discurso, o

⁵ Ibid., p. 22, 24.

⁶ DREIFUSS, René Armand. 1964: *a conquista do Estado, ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 71.

quadro que se altera permanentemente (daí existir a crônica ao lado do noticiário, a informação – no sentido estratégico-militar do termo: relato consistente, versão não-contraditória – depois do informe); outra, que os temas dominantes são os dispostos pelo poder, de modo que impor um assunto representa prova de força.”⁷

A informação, portanto, consiste no relato, na análise, e não no enunciado discursivo e nos informes de notícias (que apresentam simplesmente nuances, indicativos do conjunto do conteúdo). Entende-se, então, que o discurso político público (ou qualquer outro com implicação semelhante ao exposto no destaque) é apenas a parte (visível) de um total de medidas e análise apurada de conjuntura e correlação de forças.

Neste sentido, a atual Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e o seu controlador institucional, o Gabinete de Segurança Institucional (GSI), ambos herdeiros do Serviço Nacional de Informações (SNI), este por sinal cabeça de rede do antigo Sistema Nacional de Informações (Sisni), em tese, são aparelhos de Estado que protagonizaram a estabilidade, a noção de vigilância para permanecer tudo o que está no seu lugar. Sua análise prevê a dissidência, contabilizando possíveis furos de reportagem, que geram constrangimentos públicos, declarações serenas das autoridades, medidas punitivas contra os abusos dos servidores do órgão e outros temas afins, muito presentes no jornalismo brasileiro que cobre o setor desde os tempos da abertura do regime militar, iniciada no governo Ernesto Geisel (1974-1979).

O que muito poucos autores e pesquisadores observam é que o mito aumenta com as conjecturas conspiratórias produzidas pelos repórteres com acesso a fontes seguras, mesmo nos momentos sombrios. Em última análise, não importa necessariamente este ou aquele escândalo, ainda que incomode e altere o plano conjuntural e tático. O debate pontual ou o pseudo-descortínio de um escândalo não atinge as bases do sistema, como as seguidas denúncias promo-

⁷ LAGE, Nilson. *Controle da opinião pública*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 38.

vidas no Brasil desde o final do século XX comprovam.

As estruturas de fundo, somente passíveis de serem denunciadas se expostas sistematicamente através de rigorosa análise, compõem o tema que importa. A própria passividade das posições da esquerda institucional, que aceita a existência dos órgãos de inteligência para controle interno, embora acuse seus ‘desvios’, aponta a tolerância do regime e de seus parceiros da governabilidade com uma oposição tática. No plano da opinião pública, tal fato não é nenhuma novidade, sob nenhum regime de classes conhecido:

Um dos mitos do capitalismo sob regime jurídico-democrático é o da transparência política e a função fiscalizadora do chamado quarto poder.

“A descoberta de que a unanimidade não precisa ser total – isso é, de que numa situação tida como de unanimidade preserva-se alguma dissidência – é a grande contribuição do pensamento liberal para a teoria de controle de opinião pública. Mesmo no mais totalitário dos regimes (digamos, no auge de poder do nazismo), há discórdância marginal; em tempos normais e nos estados modernos, ela pouco importa.”⁸

Esta suposta diversidade de opiniões se configura através de mecanismos de consentimento, quando a parte majoritária de uma população, mesmo sob regime liberal-democrático, é levada a refletir através de uma série de premissas idênticas. Noam Chomsky exemplifica este mecanismo (chamado de engenharia de produção do consentimento, *engineering of consent*) analisando a própria sociedade estadunidense, tida como bastião da liberdade do indivíduo – entrevistado a respeito desta forma de censura, o militante (lingüista de profissão) considerado por muitos como o principal ad-

⁸ LAGE, Nilson, op. cit., p. 352.

versário do governo dos EUA no campo dos intelectuais, dá o exemplo retornando ao momento da entrada dos EUA na 1ª Guerra Mundial:

“Nesse momento (1916), os Estados Unidos criaram sua primeira agência de propaganda governamental. Acredito que foi a primeira agência de propaganda estatal de todo o mundo. Seu objetivo era criar um sentimento guerreiro numa população que, de modo geral, não queria guerra. Os intelectuais, especialmente os liberais, aderiram entusiasmados à causa – e na verdade ficaram com o crédito. Isso mostra como a orientação (management) social pode ser conduzida pelos intelectuais, pelas pessoas que chamamos de “comissários” quando falamos de nossos inimigos, embora o fenômeno aqui seja essencialmente o mesmo.”⁹

Prosseguindo, Chomsky centra a crítica no surgimento dos serviços de relações públicas nos EUA, serviço que tinha como meta primeira, a “fabricação do consenso nacional”, sobre uma sociedade poliglota, multi-étnica, com forte presença de movimento operário organizado na Industrial Workers of the World (IWW)¹⁰ e opositores da entrada daquele país na 1ª Guerra Mundial:

“Edward Guernays, uma das figuras mais importantes da indústria de relações públicas, talvez sua figura mais importante, fazia parte desse comitê de propaganda governamental e aprendeu bem suas lições. Foi ele quem mais tarde criaria a expressão engineering of consent, afirmando que a produção do consentimento é a essência da democracia. A mesma idéia surgiu em meio à comunidade

⁹ CHOMSKY, Noam. *América: depoimentos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. p. 43, 44.

¹⁰ A Industrial Workers of the World corresponde à central sindical dos EUA, cujo período auge foi entre os anos 1905 e 1924. Opunha-se tenazmente à entrada dos EUA na 1ª Grande Guerra e, simultaneamente, teve participação na Revolução Mexicana (1910-1917), tanto no suporte material, como no envio de uma coluna de milicianos que tomara o estado da Baja Califórnia. Tinha à frente desta coluna um militante conhecido como Joe Hill, um dos primeiros desaparecidos políticos no século XX naquele país. Ver KORNBLUH, Joyce L. *Rebel voices: an IWW anthology*. Chicago: Charles Kerr Publishing, 1988.

intelectual. Walter Lippman, o decano dos jornalistas americanos, falou em 1921, logo após a guerra, e à luz da experiência da guerra, do que chamava de *manufacture of consent* (fabricação do consentimento): a população em geral não entende o que é bom para ela, os únicos que entendem o que é bom para ela são os membros da elite, que, portanto, precisam fabricar o consentimento. A idéia que paira por trás disso, do século XVII aos nossos dias, é que, se o governo é capaz de controlar a população pela força, ele não se importa muito com o que ela venha a pensar, mas se não for capaz de controlá-la pela força, se a voz das pessoas puder se manifestar, é preciso certificar-se de que esta voz estará dizendo as coisas certas. Assim, quanto mais livre for uma sociedade, mais serão necessários a doutrinação e o controle.”¹¹

A voz popular somente dirá as coisas certas se o pensamento for gerado através de premissas válidas. É óbvio que esta validade é concedida (ou não) pelos poderes hegemônicos da sociedade, através de algo que Chomsky denomina de doutrina de limitação dos pensamentos pensáveis, excluindo as divergências de fundo como pensamentos impensáveis (*unthinkable thoughts*).¹² Somente dentro do espectro de pensamentos formulados através de premissas válidas é que são permitidas de fato as divergências.

A respeito deste tema, a citada entrevista com Chomsky trás a pergunta sobre o real significado de expressões máximas do liberalismo, como *free choice* (liberdade de escolha), *free press* (liberdade de imprensa) e *free access to information* (liberdade de acesso à informação):

“Numa sociedade livre, não se pode impedir que as pessoas votem. Assim, o que se faz é assegurar que não haja nada em que elas possam votar. O análogo disso no sistema de informações é que não se pode evitar que as pessoas comprem o jornal que quiserem, e também não se pode proibir os jornais de publicarem o que quiserem; assim, é necessário assegurar-se de que os jornais vão publicar

¹¹ CHOMSKY, Noam, op. cit, p. 43, 44.

¹² Ibid., p. 43, 44.

as coisas certas. E isso acontece automaticamente, devido à concentração do poder. Os meios de comunicação são grandes empresas. As três redes nacionais de televisão são grandes empresas, controladas por empresas ainda maiores, como a General Electric, a Westinghouse etc. Os grandes jornais são empresas ligadas a bancos e conglomerados financeiros. Nos EUA, os meios de comunicação são simplesmente empresas que vendem um produto para um mercado. O mercado são os anunciantes, que os sustentam. E o produto é a audiência.”¹³

A produção do consentimento se dá também através dos domínios dos meios que produzem a maior parte da informação e dos bens simbólicos circulantes. Mais uma vez retorna-se ao tema do estigma dos órgãos de inteligência e informação. Num campo (como o jornalístico), onde seus meios fazem parte da mesma hegemonia de classe que sustenta o regime para o qual o aparelho de Estado serve, parece uma absurda ingenuidade atribuir ‘preconceito contra os arapongas’ partindo de quem produz a informação jornalística.

Concentração e campo

Ainda que não seja a causa única para todas as questões de censura e manipulação jornalística, a crescente concentração dos meios de comunicação é essencial para o controle da opinião pública e a própria governabilidade. Como, em última análise, a governabilidade é a atividade-fim dos organismos de inteligência, estes servem e correspondem aos interesses dos conglomerados transnacionais, detentores da hegemonia mundial na atualidade.

Esta hegemonia articula-se globalmente, de forma que os capitais criam sistemas capazes de enfrentar governos, ameaçando-os quando estes contrariam seus interesses. Isso tudo sem afastar-se do discurso da objetividade, marca essencial da atuação da mídia, já que a credibilidade é fundamental no negócio. A hegemonia se

¹³ Ibid., p. 43, 44.

dá tanto no produto jornalístico como também na propriedade e controle da indústria da comunicação:

“É importante saber que a NBC é propriedade da General Electric (o que significa dizer que, caso ela se aventure a fazer entrevistas com os vizinhos de uma usina nuclear, é provável que... aliás, isso não passaria pela cabeça de ninguém...), que a CBS é propriedade da Westinghouse, que a ABC é da Disney, que a TF1 é propriedade de Bouygues, o que tem conseqüências, através de toda uma série de mediações. É evidente que há coisas que um governo não fará à Bouygues sabendo que a Bouygues está por trás da TF1. Essas coisas tão grossas e grosseiras que a crítica mais elementar as percebe, mas ocultam os mecanismos anônimos, invisíveis, através dos quais se exercem as censuras de toda ordem que fazem da televisão um formidável instrumento de manutenção da ordem simbólica.”¹⁴

Compreende-se que o domínio leva a formas de censura próprias sobre o campo, sem necessidade de que este controle seja exercido por uma força externa à própria mídia. Entrevistado por um estudante dos EUA, Noam Chomsky foi bastante direto a respeito do tema: “– Gostaria de saber como a elite consegue controlar a mídia, pergunta o estudante. – Como é que ela (a elite) controla a General Motors? A pergunta não tem razão de ser. A elite não precisa controlar a General Motors, uma vez que é sua proprietária”.¹⁵

É perfeitamente cabível afirmar que, no Brasil, a Rede Globo apoiou o regime de ditadura militar, fazendo parte da hegemonia de então. Hoje este conglomerado simplesmente é o regime, onde exerce papel preponderante numa série de setores, especialmente os que dizem respeito à estabilidade direta e à governabilidade.

Mesmo pertencendo a capitais nacionais, estes e seus veículos são aliados das transnacionais e do capital financeiro-especulativo e se coordenam na hegemonia de classe operada no e sobre o Brasil. Isso fica claro com a observação a quem pertencem os veículos

¹⁴ BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 20.

¹⁵ CHOMSKY, Noam. *Les medias et les illusions nécessaires*. Paris: Editions K Films, 1993.

É perfeitamente cabível afirmar que, no Brasil, a Rede Globo apoiou o regime de ditadura militar, fazendo parte da hegemonia de então. Hoje este conglomerado simplesmente é o regime, onde exerce papel preponderante numa série de setores.

de difusão e os critérios governamentais para a concessão na área de radiodifusão. O controle da indústria, e os enlances orgânicos desta com os poderes estabelecidos no país, exercem influências sobre as rotinas produtivas e os processos de pensamento no campo jornalístico, de onde pode ser compreendida a formação (e aceitação) do pensamento único neoliberal.

Descrevendo um campo, Bourdieu formula e analisa: “Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças”.¹⁶ Com autonomia relativa com relação aos demais, um campo também é dotado de lógica própria, pois a dominação exerce efeitos em sua área específica de atuação.

As premissas possíveis (pensamentos pensáveis) destacadas antes com Chomsky manifestam-se sobre as pessoas que operam neste campo. Estas premissas são apenas uma parte daquilo que é visível na indústria de comunicação, sendo este mecanismo (o gerado pela hegemonia de classe com o domínio dos instrumentos da mídia) absolutamente sistêmico:

“Quanto mais se avança na análise de um meio, mais se é levado a isentar os indivíduos de sua responsabilidade – o que não quer dizer que se justifique tudo o que se passa ali –, e quanto melhor se compreende como ele funciona, mais se compreende também que aqueles que dele participam são tão manipulados quanto manipuladores.

¹⁶ BOURDIEU, Pierre, op. cit., p. 57.

Manipulam mesmo tanto melhor, bem freqüentemente, quanto mais manipulados são eles próprios e mais inconscientes de sê-lo.

[...] a corrupção das pessoas mascara essa espécie de corrupção estrutural (mas ainda se deve falar de corrupção?) que se exerce sobre o conjunto do jogo através de mecanismos como a concorrência pelas fatias de mercado, que quero tanto analisar.”¹⁷

Sobre este campo, alguns agentes operam deformando os demais, na medida em que as relações de classe reproduzem-se no seu âmbito. Assim, denomina-se *mídia oficiosa* os grandes grupos de comunicação que controlam esta indústria e o mercado, angariam as fatias mais significativas das receitas publicitárias, têm o maior alcance da audiência e dispõem de níveis de credibilidade superiores. A partir do domínio dessas condições, tornam suas versões como *oficiosas* do governo de plantão e *oficiais* da hegemonia dominante.

Embora o sociólogo francês não utilize o conceito de *mídia oficiosa*, considera-se válida a leitura sobre agentes econômicos (e, por conseqüência, políticos) que atuam hegemonizando o campo onde operam: “No campo dos empreendimentos econômicos, por exemplo, uma empresa muito poderosa tem o poder de deformar o espaço econômico quase na totalidade; ela pode, baixando os preços, impedir a entrada de novas empresas, pode instaurar uma espécie de barreira à entrada. Esses efeitos não são necessariamente produto de vontades”.¹⁸

Seguindo este mesmo raciocínio, o exemplo se torna ainda mais direto quando aborda o campo jornalístico:

“O que conta em um campo são os pesos relativos: um jornal pode permanecer absolutamente idêntico, não perder nenhum leitor, não mudar em nada e ser no entanto profundamente transformado porque seu peso e sua posição relativa no espaço se acham transformados. Por exemplo, um jornal deixa de ser dominante quando seu poder de deformar o espaço à sua volta diminui e ele já não dita a

¹⁷ Ibid., p. 21, 22.

¹⁸ Ibid., p. 56, 57.

lei. Pode-se dizer que, no universo do jornalismo escrito, Le Monde ditava a lei. Havia já um campo, com a oposição, estabelecida por todos os historiadores do jornalismo, entre os jornais que dão views, pontos de vista, análises etc.; entre os jornais de grande tiragem, como o France Soir, e os jornais de tiragem relativamente mais restrita mas dotados de uma autoridade semi-oficial. Le Monde estava bem situado sob os dois aspectos: era suficientemente grande por sua tiragem para ser um poder do ponto de vista dos anunciantes e suficientemente dotado de capital simbólico para ser uma autoridade. Acumulava os dois fatores do poder nesse campo.”¹⁹

A função de principal mídia oficiosa, no Brasil, certamente cabe às Organizações Globo e seus muitos veículos, tratando-se de um agente econômico dotado não só de volume de capital superior aos demais, mas que, a partir dessa condição, desenvolveu, em praticamente todos os setores onde atua, um enorme capital simbólico, responsável por fatias de audiência superiores aos concorrentes, decorrentes das barreiras à entrada inerentes da oligopolização. Não se trata de expor nenhuma concepção de ‘tramas obscuras sobre o grande irmão global’, mas sim de compreender o que vem a ser a mídia oficiosa, uma vez que esta tem os traços deformadores que expõe Bourdieu.

Além do domínio direto, o proprietário dos meios também exerce seu controle através das idéias pensáveis, as premissas válidas que a hegemonia capitalista contemporânea dá o nome genérico de neoliberalismo, estrutura de pensamento único precisamente descrito por Halimi em seu estudo:

“O pensamento único não é neutro, nem mutável; além disso, não há outro como ele. Traduz em “termos ideológicos com pretensão universal os interesses do capital internacional” (Ramonet) daqueles que são denominados mercados financeiros, isto é, os grandes acumuladores de fundos. Tem sua origem nas instituições econômi-

¹⁹ Ibid., p. 60, 61.

cas internacionais – entre outras, Banco Mundial, FMI, OCDE, GATT e depois OMC, Banque de France – que usam e abusam do crédito e da reputação de imparcialidade que lhes são atribuídos. Pretende submeter os candidatos eleitos às suas Tábuas da Lei, à única política possível. A que seria incontornável [pensamento pensável, obs. do autor] e tem o aval dos ricos. O pensamento único sonha com um debate democrático destituído de sentido uma vez que deixaria de ser juiz entre os dois termos uma alternativa. Ceder a esse pensamento é aceitar que, por toda parte, a rentabilidade tome o lugar da utilidade social, é encorajar o desprezo pelo político e submeter-se ao reino do dinheiro.”²⁰

O pensamento único descrito por Halimi é composto pelas premissas válidas, os pensamentos pensáveis e as bases de elaboração de hipóteses em concordância com os poderes de fato. Estes poderes, os mesmos que são proprietários dos instrumentos de produção da indústria da mídia, permitem a reprodução dos debates que geram divergências contornáveis e, através de distintas maneiras, abafam as divergências sistêmicas, nevrálgicas por suas próprias premissas.

Censura e informação

A visão de mundo, a carga conceitual, a trajetória de vida e o nível de informação estabelecem, dentre outros elementos, as bases de qualquer debate e crítica possível. O imediatismo dos meios gera justamente o oposto a esse debate. Além do fato empírico de estes meios serem propriedade (e, portanto, sob controle) dos poderes hegemônicos da etapa neoliberal do capitalismo, a indústria exerce sobre o campo jornalístico suas próprias formas de censura (com a mesma intensidade que, contraditoriamente, acusam de censura toda tentativa de controle público de um serviço que é tratado como negócio privado).

²⁰ HALIMI, Sérgio. *Os novos cães de guarda*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 67, 68.

Estas formas são facilmente percebidas quando o tema é o serviço de inteligência. Mais uma vez, exprimem-se ‘os mitos e mistérios das sombras’, atmosferas cinicamente cruas, como as relatadas por autores como John Le Carré e seu anti-herói George Smiley, constituindo centenas de documentos que provam algo, mas não explicam, à base da permanência da ignorância do grande público a respeito da atividade de inteligência, quando divulgada pela mídia.

Em seu excelente trabalho sobre os meios de comunicação contemporâneos, Ignacio Ramonet, um dos ativistas do jornal de oposição *Le Monde Diplomatique* e da ONG Attac Internacional (cujo programa é a taxação dos capitais flutuantes especulativos globais), aponta quatro formas básicas de censura jornalística. Estas são promovidas pela dinâmica da rotina produtiva, modo de produção que acoberta sob bases técnicas as censuras exercidas pela hegemonia de classe sobre a maioria receptora do produto informativo.

A primeira censura remete àquela já citada, quando o governo dos EUA criou sua primeira agência de relações públicas e propaganda estatal. O controle sobre o que é emitido a partir de um determinado órgão e a posterior difusão destas mensagens seria a maior profusão de censuras por instituições hoje. De tão difusa, Ramonet a caracteriza pelo cinismo de ser “censura democrática”:

“A maioria dos órgãos públicos ou privados, com a mesma lucidez, dotaram-se rigorosamente de pessoas ligadas à imprensa e de assessores de comunicação, cuja função não é outra senão praticar a versão moderna, ‘democrática’, da censura.

Desde sempre, o conceito de censura é assimilado ao poder autoritário, do qual ela é, de fato, um elemento constitutivo importante. Censura significa supressão, interdição, proibição, corte e retenção de informação. A autoridade tem plena certeza de que um atributo forte de seu poder consiste em controlar a expressão e a comunicação de todos aqueles que estão sob sua tutela. É assim que procedem os ditadores, os déspotas ou os juízes da Inquisição.”²¹

²¹ RAMONET, Ignacio. *A tirania da comunicação*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 28.

A ampliação desta forma de censura se dá, na verdade, a partir do próprio funcionamento dos agentes econômicos, tomando como exemplo mais gritante uma empresa transnacional. Qualquer um que já tenha tido a oportunidade de trabalhar ou ao menos circular em uma organização deste porte, irá perceber um organograma de responsabilidades e fluxograma produtivo tão vertical como o de qualquer Força Armada. O mesmo se repete com o fluxo informativo, incluindo as emissões ou respostas, ou seja, a parte pró-ativa e reativa deste agente com os organismos de mídia, muitos destes sendo propriedade de uma mesma corporação econômico-financeira.

Elevando o exemplo à sua escala máxima, observa-se que esta ‘censura democrática’ encontra-se por todo o circuito e indústria de comunicação de massa. Recorda-se o destaque do professor Nílson Lage, que os enunciados políticos (ou oficiais) são apenas parte de uma atuação conjuntural, onde o que importa é a mudança ou não do quadro geral. Níveis de controle de circulação informativa (onde o fato revelado ou a coleção de documentos impressos em páginas e páginas de jornais) são negociados junto dos níveis de descontrole, sempre e desde quando não alterem o quadro conjuntural. O Poder Executivo capitalista se reproduz em órgãos e instituições de todos os tipos, sejam estes estatais, privados, nacionais, transnacionais, científicos, sociais ou acadêmicos. Como visto antes, o modelo produtivo é acompanhado das premissas válidas conformadoras do pensamento único (neoliberal), exercendo influência sobre as instituições, consolidando ainda mais a ‘censura democrática’.

Outra forma de censura descrita por Ramonet é muito parecida com a exercida em regimes ditatoriais mais grosseiros, a chamada

A visão de mundo, a carga conceitual, a trajetória de vida e o nível de informação estabelecem as bases de qualquer debate e crítica possível. O imediatismo dos meios gera justamente o oposto a esse debate.

‘censura e propaganda’: trata-se da construção de sentido dos fatos a partir de sua revelação ou não, considerando que aquilo que não é mostrado, não seria importante, sendo um caso de ideologia da informação contínua a CNN, onde o registro instantâneo ou não determina de antemão boa parte dos sentidos possíveis de serem atribuídos à situação.²² A informação instantânea é, portanto, análoga da informação de propaganda, embora esta última seja mais grosseira, monolítica, criando os fatos e permitindo a circulação das versões oficiais. A informação não anunciada, por vezes quando há muita censura, chega a ser percebida como uma aberração da mídia, um autoritarismo estatal operando sobre o campo.

Mas, quando o fenômeno se dá por sobrecarga informacional, torna-se mais difícil de perceber a informação ocultada:

“Entretanto, não é por fatalidade que a informação seja desta natureza – uma informação-denúncia espetáculo – em nossas sociedades democráticas, como também não existe uma solução única de substituição que seria a informação de propaganda, como funcionou e ainda funciona hoje, nas ditaduras e nos regimes autocráticos. Um discurso de propaganda é um discurso que tenta, criando fatos, ou então ocultando-os, construir um tipo de verdade falsa, o que está longe de ser o desígnio de nossos próprios sistemas informacionais. Até mesmo porque a censura que neles existe efetivamente não tem o mesmo aspecto e não possui este tipo de informações.

Propriamente falando, o discurso de propaganda é um discurso de censura, mas a censura, em compensação, não é necessariamente da ordem da propaganda. Esta consiste em suprimir, amputar, proibir um certo número de aspectos dos fatos, ou mesmo o conjunto dos fatos, em ocultá-los, em escondê-los.

Como se oculta a informação hoje em dia? Por uma adição de informações: a informação é dissimulada ou truncada porque há informação em abundância para consumir. E sequer se chega a perceber aquela que falta.”²³

²² RAMONET, Ignácio, op. cit., p. 47, 48.

²³ Ibid., p. 47, 48.

A adição de informações a que se refere o destaque pode ser aplicada com facilidade em relação a uma cobertura jornalística acerca da atividade de inteligência. Como atesta o exemplo de jornalismo de revelação, a sobrecarga informativa não permite que um determinado tema, ou melhor, aspecto delicado desse mesmo tema, seja assim abordado. Em regimes mais explicitamente autoritários, o assunto não circula e pronto. Nos tempos atuais de democracias formais sob regime jurídico de direito, isto se torna mais complicado. Deste modo, um receptor atento pode perceber a distância entre um âncora de TV clamando por mais ‘trabalho de inteligência’ para prevenir, por exemplo, a chamada lavagem de dinheiro, mas apenas em momentos muito raros esta mesma emissora comentará quais bancos executam esta lavagem de dinheiro, o circuito por onde o dinheiro trafega, o que significa o capital fluante e um ataque especulativo.

Uma mídia mais crítica, ou ao menos a existência de veículos assumidamente vinculados a uma posição política não-neoliberal (como o raro exemplo do *Le Monde Diplomatique* francês ou a *Caros Amigos* brasileira), poderia gerar críticas em série à falta de profundidade da indústria da comunicação. É óbvio e de fácil constatação que a crítica entre os veículos, e mais ainda entre os jornalistas, muito raramente ocorre. Assim processa-se o conceito chamado pelo sociólogo Patrick Champagne de ‘censura jornalística’, que vem a constituir uma das quatro formas de censura apontadas por Ramonet.²⁴

Esta forma de censura é um reflexo de dois sintomas. É a derrota ideológica de boa parte da categoria dos trabalhadores da comunicação, que incorporam uma carga cada vez maior de valores hegemônicos do pensamento único. Não por coincidência, este pensamento é estruturante dos princípios das corporações dominantes da própria indústria. Também é uma carga bastante significativa de corporativismo, o mesmo verificado em outros ramos de profissões, em especial aqueles onde há alguma carga hierárquica por tempo de profissão ou currículo de formação.

²⁴ Ibid., p. 49.

Nesta modalidade de censura, Ramonet também observa a intolerância dos jornalistas em condição de poder para com aqueles que os criticam, incapacidade esta que não permitiria um debate a respeito do próprio trabalho da mídia, tendo como porta-vozes oficiais da indústria seus profissionais mais bem remunerados: “A isto se acrescenta aquela prática tão comum no meio midiático, chamada ‘censura jornalística’ pelo sociólogo Patrick Champagne, que consiste, para todo jornalista que quer normalmente fazer carreira na profissão, em não criticar as práticas criticáveis de seus colegas”.²⁵

Todas estas três formas de censura gerariam uma quarta, chamada por Ramonet de *censura invisível*, uma tela que acobertaria a busca pela informação certa.²⁶ Descartando teorias conspirativas de ‘grande irmão’, complexificando a realidade da mídia, com os profissionais mais bem remunerados tornando-se porta-vozes oficiais da própria indústria, espetacularizando ao máximo “a diversão de informar”, todos estes fatores operam sobre mecanismos ainda mais complexos para identificar as formas contemporâneas de censura:

“Tudo isto cria uma espécie de tela, uma tela que oculta, opaca, que torna talvez mais difícil do que nunca, para o cidadão, a busca da informação certa. Pelo menos no sistema anterior a censura era escancarada, sabia-se que imagens e informações eram dissimuladas. [...] Atualmente não é mais assim, isto é, a censura não é mais tão visível. Grandes esforços de reflexão são necessários para chegar a compreender sobre que mecanismos novos ela funciona. Não é mais possível contentar-se em acreditar na tese do complô, onde um comitê secreto traçaria todos os artificios; a realidade midiática é muito mais complexa.”²⁷

A censura exercida pela mídia trabalha com qualificativos de confusão proposital, na construção dos produtos comunicacionais,

²⁵ Ibid., p. 49.

²⁶ Ibid., p. 50.

²⁷ Ibid., p. 50.

atingindo seus objetivos a partir da própria falta de recursos dos cidadãos para avaliar corretamente tal postura. Isso vem na contra-mão do chamado direito à comunicação, de quarta geração, que considera uma prerrogativa de todo ser humano não só ser corretamente informado sobre os fatos sociais, mas também acessar a mídia para levar suas reivindicações, posicionamentos e identidades. Se a censura das indústrias culturais é explicitamente um antidireito à comunicação, pode-se questionar se tal avanço é possível na sua totalidade, no âmbito dos desequilíbrios estruturais do capitalismo.

Considerações conclusivas

Não se identifica conclusão lógica possível, senão que são impossíveis mudanças estruturais na sociedade sem a afirmação de outras premissas, geradoras de idéias válidas, em oposição às idéias-guia e pensáveis dentro da lógica hegemônica vivida. Portanto, precisa-se de uma mídia de serviço e interesse coletivo, tratando a informação como um bem público e não como privilégio de interpretação. Para tanto, a normativa das comunicações encontra-se muito distante desta meta, num sistema de neo-regulamentação, onde a edição legislativa é contínua, mas a partir dos objetivos mercadológicos.

Destarte, o avanço de qualquer proposta de regulamentação que ataque o cerne do problema da comunicação – concentração, falta de controle público sobre os atos de mediação, ausência de incentivo à mídia alternativa e inexistência de um sistema público comprometido com a sociedade – vai no contra-fluxo do desenvolvimento do capitalismo, particularmente no atual modelo, globalizado e incentivado pela política neoliberal. Tal dificuldade é agravada considerando-se que, por não serem via de regra mediados, os temas comunicacionais fundamen-

A censura exercida pela mídia trabalha com qualificativos de confusão proposital, atingindo seus objetivos a partir da falta de recursos dos cidadãos para avaliar corretamente tal postura.

tais para o exercício da cidadania também não entram na agenda de grande parte da população, que considera a questão técnica e de domínio exclusivo de especialistas.

Não havendo um horizonte de democratização, que permita a geração de outros sentidos, a mídia tem poucos obstáculos para continuar seu papel de porta-voz de um capitalismo digital, uma economia líquida cujo lastro perde-se entre as compensações bancárias em alta velocidade e globais, onde a busca pelo lucro financeiro corrói organizações e mercados, repercutindo no mundo da vida dos trabalhadores. A crítica da indústria passa também pela geração, a partir da própria criação-destruição da lógica hegemônica, de outras mídias, capazes de superar o utilitarismo e, concomitantemente, controlar os interesses privados, dando margem às distintas interpretações, mas não censurando a dura verdade factual. ■

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- CHOMSKY, Noam. *América: depoimentos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- _____. *Les medias et les illusions necessaires*. Paris: Editions K Films, 1993.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado, ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- ESTRATÉGIA & ANÁLISE. “Introdução à análise estratégica em sentido pleno.” <<http://www.estrategiaeanalise.com.br/teoria.php?seltitulo=753d7f7adb81bec7c8120e867bfb5a41>>. Acesso em: 12 ago. 2007.
- HALIMI, Sérgio. *Os novos cães de guarda*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- JOSÉ, Emiliano. “De Sarney a FHC: a atuação partidária da imprensa na construção do neoliberalismo”. *Textos de comunicação e cultura*, Salvador, n. 39, p. 131-146, dez. 1998.
- KORNBLUH, Joyce L. *Rebel voices: an IWW anthology*. Chicago: Charles Kerr Publishing Co., 1988.
- LAGE, Nilson. *Controle da opinião pública*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- RAMONET, Ignácio. *A tirania da comunicação*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura política nacional, o poder executivo & geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1981.

Da contra-informação ao pensamento único neoliberal: conceitos de crítica à indústria da mídia

Valério Cruz Brittos e Bruno Lima Rocha

Resumo

O trabalho tem como objetivo apontar conceitos operacionais para a crítica da indústria midiática, fazendo uma aproximação entre duas áreas de análise politicamente opostas, embora com epistemes semelhantes. Trata-se do diálogo entre o conceito de fabricação do consenso tolerável pelas regras hegemônicas, tendo como base as idéias pensáveis de Noam Chomsky, e a análise estratégica em sentido pleno. Para trabalhar estratégia, parte-se dos conceitos de um operador militar clássico, o general Golbery do Couto e Silva, dentro de seu modelo de análise com níveis de incidência e subordinação do método ao objetivo finalista, onde as indústrias culturais enquadram-se no nível psicossocial de atuação. Tal paradigma terá presença ao longo do artigo. Destacam-se alguns conceitos básicos para discutir a crítica à mídia hegemônica, partindo da caracterização do nível e seus macroambientes de operação.

Palavras-chave

Crítica da mídia – fabricação do consenso – análise estratégica – níveis de análise – incidência – inteligência – contra-informação

Abstract

The paper has its goals in the use of operational concepts for criticizing the media industry, making an approach among two analysis areas politically opposed, although with epistemological similarities. This is the dialogue among the concept of producing the tolerable consensus by the powers that be, based on the ideas of Noam Chomsky, and the strategic analysis in full sense. To the strategy concepts, the paper goes through the studies of a classic military operator, the general Golbery do Couto e Silva, and his analysis model with incidence levels and subordinating the method to the final point. In this method the cultural industries are framed in the level psychological-social level of analysis. Such paradigm will have presence along the article. Also, are stand out some basic concepts to discuss the critic for media hegemony, starting with the characterization of the level and their operational spaces.

Key words

Criticizing the media - production of the consensus - strategic analysis - analysis levels - incidence - intelligence - counterintelligence

E-mail:

val.bri@terra.com.br

blimarocha@via-rs.net